

## Concepções e formas de conhecimento

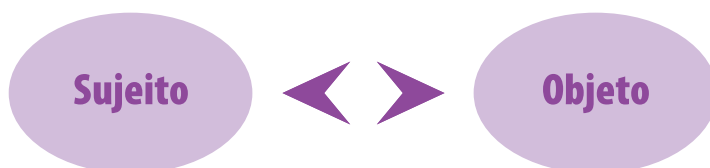
Autor: Gabriel Henrique Collaço<sup>1</sup>

### Seção 1

#### A origem do conhecimento

A palavra conhecimento tem sua origem no latim, *cognitio*, e pressupõe, necessariamente, a existência de uma relação entre dois polos: de um lado o sujeito e de outro o objeto.

Figura 1.1 – Relação sujeito-objeto



Fonte: Elaboração do autor, 2013.

Na relação sujeito-objeto, o sujeito é aquele que possui capacidade cognitiva, isto é, capacidade de conhecer. O objeto é aquilo que se manifesta à consciência do sujeito, que é apreendido e transformado em conceito.

Isso equivale a dizer que o conhecimento é o ato, o processo pelo qual o sujeito se coloca no mundo e, com ele, estabelece uma ligação. Por outro lado, o mundo é o que torna possível o conhecimento ao se oferecer a um sujeito apto a conhecê-lo. (ARANHA; MARTINS, 1999, p. 48).

Temos que levar em consideração que todas as formas de conhecimento coexistem. Podemos pensar um fenômeno por meio de matrizes de compreensão, como o conhecimento do senso comum, filosófico, religioso, artístico e científico. Com suas peculiaridades, aproximações e diferenças, aparecem diferentes maneiras de o sujeito “conhecer”.

E conhecer, segundo Costa (2001, p. 4) “é mais do que ter na memória um conjunto de informações: é conseguir fazer com que essas informações transformem-se em prática e sejam úteis sob a perspectiva pessoal, profissional, social ou política”.

---

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado em: Teoria do conhecimento : livro didático / conteudistas, Alexandre de Medeiros Motta, Gabriel Henrique Collaço, Marciel Evangelista Cataneo, Vilson Leonel ; design instrucional Eliete de Oliveira Costa. – Palhoça : UnisulVirtual, 2013.

Todas as pessoas julgam conhecer algo e, de fato, podemos dizer que o ser humano naturalmente busca conhecer o mundo a sua volta, pois essa é uma condição para manter-se vivo.

Algumas vezes, dirigimos nossas perguntas ao mundo, outras vezes ao próprio fenômeno do conhecimento. Isso inclui o homem e o mundo na mesma dimensão e, então, temos uma visão mais complexa da realidade e a compreensão de nós mesmos como sujeitos ativos na produção do conhecimento.

Num sentido geral, podemos dizer que conhecimento é o que permite aos seres vivos manterem-se vivos. Nesse caso, uma planta sabe que deve virar sua folhagem em direção à luz, assim como um cavalo sabe que determinado solo não é seguro para caminhar, e um homem sabe que, se jogar um objeto acima de sua cabeça, poderá, quando em queda, atingi-lo. Porém, num sentido exato, não seríamos capazes de definir, tão brevemente, o que é o conhecimento.

Para Luckesi e outros (2003, p. 137-138), existem duas maneiras de o sujeito se apropriar do conhecimento. A primeira consiste na apropriação direta da realidade sem a mediação de outra pessoa ou de algum outro meio. Nesse caso, o sujeito opera “com” e “sobre” a realidade. A segunda ocorre de forma indireta, na qual a compreensão se dá por intermédio de um conhecimento já produzido por outra pessoa ou por meio de símbolos orais, gráficos, mímicos, pictóricos etc.

## 1.1 Distinção entre o conhecimento humano e o de outros animais

Ao contrário do que acontece com outros animais, nos seres humanos existe uma clara diferença entre os dados percebidos no meio ambiente e as respostas expressadas como reação. A diferença se deve ao fato de que, além do **comportamento instintivo**, exclusivamente reativo, o ser humano tem um **comportamento reflexivo**.

Antes de manifestar uma reação, o homem faz uma pausa e reflete, imagina, idealiza e conceitua aquilo que apreende do mundo e depois é capaz de reconhecê-lo e identificá-lo.

O ser humano atribui significado às coisas do mundo físico, às imagens mentais que ele mesmo constitui e aos sentimentos que experimenta. O desenvolvimento dessa capacidade de reflexão permitiu a ele agir baseado em uma **vontade consciente** e não mais somente nos instintos.

Acredita-se que, em períodos remotos, o conhecimento humano respondia exclusivamente à necessidade de sobrevivência. Porém, por razões ainda não completamente elucidadas, ele foi além das solicitações imediatas, enquanto ser biológico, e passou a procurar respostas, por uma necessidade de compreensão e ordenação do mundo.

A manifestação definitiva desse pensamento ordenador se deu com a criação de um sistema simbólico específico que chamamos de linguagem, capaz de representar a realidade, expressar o pensamento e comunicá-lo aos outros.

Perceba que o ser humano ordena e dá **significado ao mundo** e isso **inclui comunicá-lo**. Disso depende a consolidação e validação do conhecimento, a existência da sociedade etc.

Nesse sentido, é difundida a tese de que existe certa correspondência entre a linguagem e a complexidade das operações mentais que um ser humano é capaz de executar.



A capacidade humana de operar com elementos e situações abstratas está ligada a uma linguagem apropriada para transmitir raciocínios, de modo que, quanto mais complexo é o sistema de comunicação, mais complexo é o pensamento e o conhecimento humano.

No decorrer da história da humanidade, desenvolveram-se e tornaram-se cada vez mais complexos os meios de comunicação e de socialização do conhecimento.

O conhecimento depende do caráter coletivo, depende do outro. Ora, “dizer” ao outro o que se sabe é fundamental para a compreensão do meio ambiente e de si próprio. Esse “dizer” do homem não tem a função exclusiva de representar o mundo, mas também recria a realidade, à medida que não somente reproduz o que apreende, também abstrai, interpreta e humaniza a realidade.

Por se tratar de um animal capaz de refletir sobre si mesmo, de ser autoconsciente, o ser humano **produziu inúmeros tipos de conhecimento**, além de ver a si como sujeito cognoscente, ou seja, como um ser que é capaz de conhecer. Agora que você acompanhou essas considerações preliminares sobre o conhecimento, veja como Abbagnano (2000) o define:

Conhecimento encontra-se definido como um procedimento operacional, uma técnica de verificação de um objeto qualquer, isto é, qualquer procedimento que torne possível a descrição, o cálculo ou a previsão controlável de um objeto; e por objeto há de entender-se qualquer entidade, fato, coisa, realidade ou propriedade, que possa ser submetido a um tal procedimento. A relação cognitiva é uma identidade ou semelhança, e a operação cognitiva é um procedimento de identificação com o objeto ou uma sua reprodução. A relação cognitiva é uma apresentação do objeto e a operação cognitiva um processo de transcendência.

Bem, na definição citada, permeiam várias questões importantes da Teoria do Conhecimento. Entre as suscitadas, destacamos duas fundamentais:

- a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento;
- a diferenciação entre o conhecimento empírico e o conhecimento abstrato.

Acompanhe, na sequência, explicações sobre cada uma dessas questões.

### 1.1.1 Relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento

Retomamos aqui o que foi rapidamente explicado no início deste capítulo. É possível definir o conhecimento como algo que emerge da interação entre o **sujeito** que conhece ou deseja conhecer e o **objeto** a ser conhecido ou que se dá a conhecer. Nesse caso, o conhecimento pode ser identificado como processo ou como resultado da apreensão do objeto pelo sujeito.

O objeto não é entendido, aqui, exclusivamente como sendo físico, mas no sentido de “objeto do conhecimento”, que inclui coisas e fenômenos físicos e mentais, mesmo tudo aquilo que se dá a conhecer.

Essas operações são entendidas como ações internas do sujeito cognoscente, organizadas e coordenadas para fazer combinações, juntar e separar ideias, conceitos, imagens etc.

Entre as operações mentais temos a abstração, a análise, a comparação, a classificação, a memorização, a imaginação etc.

Conforme Ferrater Mora (1994), a fenomenologia é um método de investigação contemporâneo que propõe descrever a realidade como ela se apresenta. Para a fenomenologia nada deve ser pressuposto: nem o mundo natural, nem o senso comum, nem as proposições da ciência, nem as experiências psíquicas. Deve-se colocar “antes” de toda crença e de todo julgamento o simplesmente “dado”.

Ao apreender o objeto, o sujeito cognoscente forma uma imagem mental que, até certo ponto, reproduz as características e propriedades do objeto. É a partir dessa imagem que as **operações mentais** interpretam e dão significado ao que é apreendido, ou seja, desenvolvem o conhecimento.

A princípio, pode parecer que o sujeito exerce um papel exclusivamente **ativo** na apreensão do conhecimento, contra um papel **passivo** do objeto apreendido, e que ambos, sujeito e objeto, são seres independentes.



Ora, tais papéis não são tão bem definíveis assim. Os sujeitos interagem no processo de construção do conhecimento e sofrem “passivamente” a interferência do ambiente cultural, do mundo do trabalho, do cotidiano etc. A própria linguagem envolvida nas informações e na socialização do conhecimento se torna relevante para esse processo. Além disso, o sujeito apreende o objeto e lhe atribui um significado, mas é inegável que esse conhecimento também modifica o próprio sujeito.

A relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento é um tema de discussão típico da Teoria do Conhecimento. Correntes filosóficas como a **fenomenologia** defendem que sujeito e objeto são distintos - visto que o sujeito somente pode apreender o que está fora de si - mas esses são tão interligados no ato de conhecer que não faz sentido tratá-los como entes independentes.

Para a fenomenologia, o sujeito que conhece tem uma intencionalidade que interfere na apreensão e no entendimento do objeto. Esse entendimento, por sua vez, pode modificar-se e adquirir outro significado em relação a outros objetos do contexto.

Existem outras peculiaridades relativas ao sujeito e ao objeto do conhecimento, em que algumas vezes o objeto do conhecimento é o próprio sujeito que conhece; em outras, o objeto do conhecimento é uma ideia forjada pela mente do sujeito cognoscente de algo que não existe, tal como a ideia de um cavalo alado.

Ainda, **a distinção entre o sujeito e o objeto** permite estabelecer um parâmetro de objetividade em que, quanto mais “distância” houver entre o sujeito e o objeto, mais “objetivo” e universal, pode-se dizer, que é o conhecimento; e quanto mais “próximo” um estiver do outro, mais comprometida fica essa objetividade, pois mais subjetivo será o conhecimento emergido dessa interação.

A objetividade é uma característica daquele conhecimento que não depende dos pontos de vista particulares, mas do consenso entre especialistas. **No caso do conhecimento científico, a instituição conhecida como comunidade científica cerca-se de regras, métodos e instrumentos que buscam garantir a validade universal do conhecimento em questão.** Principalmente pela utilização da linguagem matemática, tanto na formulação quanto na comunicação das suas teorias, a ciência busca evitar equívocos ou duplas interpretações.

Além disso, as condições em que as experimentações científicas são realizadas não dependem da “escolha” dos cientistas, não são acidentais ou variadas, de acordo com a experiência de vida de cada pessoa, mas são determinadas pela comunidade científica, seguem procedimentos preestabelecidos. Tudo isso faz com que o conhecimento científico sobre o objeto estudado seja o mais fiel possível ao próprio objeto, de acordo com o jeito que ele existe e não do jeito que um ou outro cientista julga que ele é, ou seja, tudo isso faz com que o conhecimento científico seja objetivo.

Sendo assim, para finalizar esta seção, segundo Costa (2001, p. 4), “conhecer é apropriar-se mentalmente de algo”. Um resultado de uma busca de conhecimento, que não basta acumular informações e experiências, mas o mais importante é saber a maneira como essas serão aplicadas. A seguir você conhecerá os tipos de conhecimento, cada qual com suas características.

## Seção 2

### Tipos de conhecimento

No cotidiano, é comum ouvir as pessoas afirmarem que conhecem coisas. O mecânico diz que conhece o carro. A mãe diz que conhece o filho. O advogado conhece a questão. O mendigo conhece a praça. O treinador conhece o time. O matemático conhece a fórmula etc. Nas situações citadas, o conhecimento tem significado diverso e, ao mesmo tempo, mantém algo em comum, visto que todos os sujeitos afirmam conhecer.

O conhecimento pode ocorrer de diversas formas, isso significa dizer que um único objeto pode ser entendido à luz de diversos ângulos e aspectos. **Estamos nos referindo aos tipos de conhecimento: senso comum, filosófico, religioso, artístico e científico.**

Para facilitar a compreensão desse assunto, considere, como exemplo, o problema da justiça.

Você já imaginou de quantas formas é possível compreender este fenômeno tão antigo na história da humanidade? Esse problema pode ser “entendido” à luz do senso comum, da Religião, da Arte, da Filosofia e da Ciência. Você já imaginou as soluções que os referidos tipos de conhecimento apresentariam para esse problema? Observe a figura:

Figura 1.2 – Tipos de conhecimento



Fonte: Elaboração dos autores, 2013.

## 2.1 O conhecimento popular ou do senso comum

O conhecimento popular ou do senso comum é “[...] aquele que não surge do estudo sistemático da realidade a partir de um método específico, mas provém do ‘viver e aprender’, da experiência de vida” (RAUEN, 1999, p. 8). Por isso, por meio desse tipo de conhecimento não conseguimos explicar adequadamente um fenômeno, não se constituindo em uma teoria.

Forma de conhecimento que provém da experiência cotidiana, do senso comum. Considerada a primeira forma de conhecimento, gerada basicamente pela interação do ser humano com o mundo e fundamentada na experiência individual. É uma forma de conhecimento assistemática e ametódica. (APPOLINÁRIO, 2004, p. 52).

Consiste na ação pela ação, sem ideias comprovadas, que não permitem o estudo ou a investigação sobre um determinado fenômeno. Então, o seu conteúdo se forma a partir da experiência que se vivencia no dia a dia.

Todos nós sabemos muitas coisas que nos ajudam em nosso dia a dia e que funcionam bem na prática. Nas zonas rurais, muitas pessoas, mesmo sem nunca ter frequentado uma escola, sabem a época certa de plantar e de colher. Esse conjunto de crenças e opiniões, essencialmente de caráter prático, uma vez que procura resolver problemas cotidianos, forma o que se costuma chamar de conhecimento comum ou senso comum. (GEWANDSZNAJDER, 1989, p. 186).

O **conhecimento popular**, como não busca, profundamente, as raízes da realidade, como não suporta a dúvida permanente e como está vinculado à cultura e a práticas antigas, passadas de geração em geração, às vezes, incorpora explicações religiosas ou míticas. Observe, porém, que o conhecimento “popular”, do senso comum, está alinhado com um sentido pragmático, uma utilidade habitual.

Köche (1997, p. 23-27) apresenta as seguintes características para o senso comum: “resolve problemas imediatos (vivencial); elaborado de forma espontânea e instintiva (ametódico); subjetivo (fragmentado) e inseguro; linguagem vaga e baixo poder de crítica; impossibilita a realização de experimentos controlados; as verdades apresentam certa durabilidade e estabilidade (crença); dogmático (crenças arbitrárias); não apresenta limites de validade”. Além das características mencionadas, é possível afirmar também que o conhecimento do senso comum é sensitivo.

Em muitas situações, próprias desse tipo de conhecimento, observamos o abandono da razão e um apego àquilo que é captado apenas pelos órgãos sensoriais: visão, audição, olfato, paladar e tato. Você, por exemplo, tem a sensação de que a Terra está parada e não em movimento? Você vê que o céu é

azul? Pois bem, para entender que a Terra não está parada e que o azul do céu é apenas uma ilusão de ótica, é necessário muito mais do que os órgãos sensoriais (visão, audição). Nesse caso, precisamos do uso da razão.

O senso comum representa um conhecimento sensitivo e aparente, porque se apega à aparência dos fatos e não à sua essência.

Para Laville e Dionne (apud RAUEN, 2002, p. 23), as fontes do conhecimento popular ou do senso comum são a intuição e a tradição. A intuição é a percepção imediata que dispensa o uso da razão, e a tradição ocorre quando, uma vez reconhecida a pertinência de um saber, organizam-se meios sociais de manutenção e de difusão desse conhecimento, tornando-se uma marca visível na formação da identidade cultural de uma comunidade.

Contudo, não se pode dizer de maneira alguma que o conhecimento do senso comum possa ser considerado como de qualidade inferior aos demais conhecimentos, pois em muitas ocasiões de nossas vidas ele funciona socialmente, como no caso do manuseio do chá caseiro ou das ervas medicinais, a partir do conhecimento adquirido por certas pessoas de seus pais ou avós, passando a se tornar uma sabedoria proveniente da cultura popular.

A ideia de sabedoria, em muitas culturas, está ligada à figura do ancião pelo fato de ele ter vivido muito tempo e ter acumulado muito conhecimento.

## 2.2 O conhecimento religioso ou teológico

O conhecimento religioso ou teológico tem base na fé e na crença, ou seja, na aceitação de princípios dogmáticos, que podemos entender como irrefutáveis e indiscutíveis. Isto é, a forma de conhecimento religioso fundamenta-se na fé das pessoas, partindo do “[...] princípio de que as verdades nas quais [se] acredita são infalíveis ou indiscutíveis, pois se tratam de revelações da divindade”, tendo a visão do mundo interpretada como resultante da criação divina, sem questionamentos (OLIVEIRA NETTO, 2005, p. 5).

O conhecimento religioso apoia-se em seres divinos que revelam aos homens proposições sagradas, dogmáticas e inquestionáveis. Essas ‘verdades’ reveladas são aceitas como lei, não pela sua veracidade empírica ou validade lógica, mas pela autoridade de quem as revela, por isso mesmo, não é necessário comprová-las, mas apenas aceitá-las pela fé.

Assim, “essas verdades são em geral tidas como definitivas, e não permitem revisão mediante a reflexão ou a experiência. Nesse sentido, podemos classificar sob este título os conhecimentos ditos místicos ou espirituais”. (MÁTTAR NETO, 2002, p. 3).



Sua “matéria de estudo é Deus, como ser que existe independente e o qual detém não as potencialidades, mas a ação do perfeito”. Portanto, neste tipo de conhecimento há a necessidade da “[...] reflexão sobre a essência e a existência naquilo que elas têm como causa primeira e última de toda a vida”. (BARROS; LEHFELD, 1986, p. 52).

Para Chauí (2005, p. 138), “a percepção da realidade exterior como algo independente da ação humana nos conduz à crença em poderes superiores ao humano e à busca de meios para nos comunicar com eles. Nasce, assim, a crença na(s) divindade(s)”.



Sendo assim, reflita: Para o conhecimento religioso, a verdadeira justiça é produzida pelos homens ou pela divindade? A justiça, pensada nessa perspectiva, não seria a realização do projeto de Deus?

Reflita sobre essa questão e descubra situações as quais você conhece ou que estejam presentes na sua comunidade e que expressem a forma do conhecimento religioso, definir ou se posicionar frente à questão da justiça.

Você refletiu sobre a situação anterior? Observe ao seu redor. Será importante para compreender melhor o assunto tratado neste capítulo. Continue seu estudo, passando a conhecer sobre o conhecimento artístico.

## 2.3 O conhecimento artístico

O conhecimento artístico é baseado na intuição, que produz emoções, tendo por objetivo maior manifestar o sentimento e não o pensamento. Sendo assim, para Oliveira Netto (2005, p. 5), “a preocupação do artista não é com o tema, mas com o modo de tratá-lo”, configurando-se, necessariamente, em uma interpretação marcada pela sensibilidade.

O conhecimento artístico é uma forma de conhecimento que transmite informações de natureza emocional, cuja referência é a estética. Baseia-se na interpretação subjetiva produzida pelo artista e pelo intérprete. Para Heerdt e Leonel (2006, p. 30):

[...] a arte combina habilidade desenvolvida no trabalho (prática) com a imaginação (criação). Qualquer que seja sua forma de expressão, cada obra de arte é sempre perceptível com identidade própria, dando-lhe também componentes de manifestação dos sentimentos humanos, tais como: emoção, revolta, alegria, esperança.

Nesse sentido, qual é a visão artística ou estética sobre a questão da justiça? Você pensa que a poesia, a música, as obras de arte podem apresentar expressões de justiça ou de injustiça vividas pelo homem? Reflita sobre essa questão e descubra situações as quais você conhece ou que expressem a forma do conhecimento artístico, definir ou se posicionar frente à questão da justiça.

## 2.4 O conhecimento filosófico

A palavra **filosofia** vem do grego e é formada pelas palavras *philo*, que significa amigo e *sophia*, sabedoria. Portanto, filosofia significa, em sua etimologia, amigo da sabedoria. Segundo Appolinário (2004, p. 52),

[...] forma de conhecimento caracterizada pela reflexão racional [...] e pelo foco na lógica interna, ou seja, pela coerência dos conceitos articulados em sua formulação, todavia prescindindo de verificação empírica (o que a diferencia do conhecimento científico, por exemplo).

A origem da Filosofia, na história do pensamento humano, é do século VI a.C., o qual foi marcado por uma grande ruptura histórica: a passagem do mito para a razão. Nesse período, houve uma grande modificação na forma de expressar a linguagem escrita, que passou do verso para a prosa. O verso representava o período anterior ao século VI a.C. e era a forma de transmitir o conhecimento mítico, produzido, principalmente, pelas experiências, narrativas e pelos relatos de Homero e Hesíodo.

Com a origem da Filosofia, no chamado **milagre grego**, houve a passagem da consciência mítica para a consciência racional ou filosófica e a linguagem escrita passou a representar a forma de manifestação da razão.

A origem da palavra **razão** está em duas fontes: *ratio* (latim) e *logos* (grego). Ambas apresentam o mesmo significado: contar, calcular, juntar, separar.

[...] *logos*, *ratio* ou razão significam pensar e falar ordenadamente, com medida e proporção, com clareza e de modo compreensível para outros. Assim, na origem, razão é a capacidade intelectual para pensar e exprimir-se correta e claramente, para pensar e dizer as coisas tais como são. (CHAUÍ, 2002, p. 59, grifo nosso).



Esse tipo de conhecimento surgiu em nossa sociedade para superar ou se opor a quatro atitudes mentais: conhecimento ilusório (conhecimento das aparências das coisas); emoções (sentimentos e paixões cegas e desordenadas); crença religiosa (supremacia da crença em relação à inteligência humana); êxtase místico (rompimento do estado consciente). (CHAUÍ, 2002, p. 59-60).

Refletir ou conceber o mundo à luz do conhecimento filosófico significa, antes de tudo, usar o poder da razão para pensar e falar ordenadamente sobre as coisas. **Assim, a reflexão filosófica é radical, rigorosa e de conjunto sobre os problemas que a realidade apresenta.** Radical porque vai às raízes do problema, rigorosa porque é sistemática, metódica e planejada, e de conjunto porque analisa o problema em todos os seus ângulos e aspectos. (ARANHA; MARTINS, 1999).

Do mesmo modo, é possível afirmar que “o conhecimento filosófico constrói uma forma especulativa de ver o mundo. Especulação, de *especulum* que significa espelho, é um saber elaborado, a partir do exercício do pensamento, sem o uso de qualquer objeto que não o próprio pensamento”. (RAUEN, 1999, p. 23).

Por isso, um dos papéis mais significativos desse tipo de conhecimento para o homem é o de desestabilizar o que está posto, no sentido de demonstrar que as coisas não estão prontas e acabadas, tornando o nosso pensamento falível e superável à medida que vamos conhecendo novos horizontes. O conhecimento filosófico não é verificável, daí não se pautar na experiência sensorial e por isso a utilização da razão é uma forma de bloquear a interferência dos sentimentos no ato de conhecer determinada coisa.



Sendo assim, a prática do conhecimento filosófico torna-se cada vez mais necessária em nosso cotidiano e meio acadêmico, pois nos estimula e motiva à reflexão mais crítica sobre a nossa vida, a sociedade e o mundo em que vivemos.

Enfim, como a Filosofia aborda a questão da justiça? Não é difícil pressupor que se a Filosofia faz uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre os problemas da realidade fará também a mesma reflexão (radical, rigorosa e de conjunto) sobre o problema da justiça. O filósofo, ou qualquer pessoa que se propõe a pensar sobre o assunto, fará especulações racionais, procurando apontar os seguintes questionamentos: a justiça é justa? A quem serve a justiça? Por que a justiça é mais severa para uns e mais branda para outros?



E você, como pensa, filosoficamente, o problema da justiça? Reflita sobre essa questão.

Será um bom exercício para que você compreenda melhor sobre o conhecimento filosófico. E agora, para encerrar este capítulo de estudo, conheça mais detalhes sobre o conhecimento científico, tão enfatizado em nossa realidade acadêmica.

## 2.5 O conhecimento científico

Como você já estudou nas seções anteriores, cada tipo de conhecimento tem características próprias e um modo bem particular de compreender os fatos, os fenômenos, as situações ou as coisas.

Com o conhecimento científico também não é diferente. Dos apresentados até o momento, o conhecimento científico é considerado o mais recente.

A ciência, da forma como é entendida hoje, é uma invenção do mundo moderno. Kepler, Copérnico, Bacon, Descartes, Galileu, Newton, entre outros, foram os grandes expoentes que, no final da Idade Média e durante a Idade Moderna, criaram as bases do conhecimento científico.

Para Köche (1997, p. 17),

o conhecimento científico surge não apenas da necessidade de encontrar soluções para os problemas de ordem prática da vida diária, característica esta do conhecimento ordinário, mas do desejo de fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas através de provas empíricas que é o conhecimento que advém dos sentidos ou da experiência sensível.

Observe que, “[...] o conhecimento científico é real – no sentido que se prende aos fatos – e contingente – porque se pauta, além da racionalidade, pela experiência e pela verificabilidade [das coisas]”. (RAUEN, 2002, p. 22). Geralmente, ele se verifica na prática, pela demonstração ou pela experimentação, dependendo da área de estudo em que esteja inserido: seja nas áreas sociais e humanas ou nas “exatas” e biológicas, por exemplo.

Para Silva (2005, p. 22),

o conhecimento científico é alcançado através da ciência, porque a ciência está buscando constantemente explicações e soluções, revisando e avaliando os seus resultados, com uma clara consciência de que está sujeita a falhas e que tem limitações. A ciência é um processo de construção, ela está sempre se renovando e se reavaliando.

Sendo assim, o conhecimento não se dá de forma absoluta, pesquisando não só o fenômeno, mas também as suas causas e suas leis.



E então, você está lembrado do problema apresentado no início desta seção de estudo para exemplificar os tipos de conhecimento? Pois bem, com base nas informações apresentadas sobre o conhecimento científico, como você analisa o problema da justiça? Quais são as bases conceituais, no âmbito do conhecimento científico, para fundamentar de forma metódica, racional e sistemática essa questão?

Se você ainda não formalizou uma ideia consistente ou convincente sobre a visão da justiça sob o prisma do conhecimento científico, não seja impaciente, pois no decorrer do próximo capítulo serão apresentadas outras características desse tipo de conhecimento, além de estabelecer uma relação entre ciência, tecnologia e arte, e de resgatar elementos de definição e classificação das ciências.

## 2.6 Considerações finais

Neste texto, você estudou a origem e o conceito de conhecimento. A palavra conhecimento vem do latim (*cognitio*) e resulta da relação entre o sujeito e o objeto. Como formas de apropriação do conhecimento, podemos destacar a direta e a indireta. A forma direta ocorre quando o sujeito enfrenta a realidade e opera “com” e “sobre” ela. Na indireta, o conhecimento é obtido por intermédio de símbolos gráficos, orais, mímicos etc.

Você também estudou os tipos de conhecimento. O senso comum é aquele que provém do viver e aprender, da experiência de vida, sem apresentar uma preocupação com o estudo sistemático da realidade. O religioso ou teológico se funda na fé, acreditando que as verdades são infalíveis ou indiscutíveis, vinculadas às revelações divinas. O artístico preocupa-se em produzir emoções, por meio da manifestação dos sentimentos, marcadas pela sensibilidade do artista ou do intérprete. O filosófico utiliza o poder da razão para pensar e falar ordenadamente sobre as coisas, possibilitando uma reflexão rigorosa, radical e de conjunto sobre os problemas que a realidade apresenta. Esse conhecimento constrói uma forma especulativa de ver o mundo. O conhecimento científico, por sua vez, fornece explicações sistemáticas que podem ser testadas e criticadas por meio de provas empíricas, caracterizando-se como real e contingente.

Assim, como você pode observar, cada tipo de conhecimento apresenta uma forma bem peculiar de interpretar os fenômenos produzidos pela natureza ou pelo homem. O problema da justiça, que foi o exemplo utilizado no decorrer de todo o capítulo, ou qualquer outro problema, pode ser concebido ou interpretado à luz dos diversos tipos de conhecimento.

Os teóricos do conhecimento são capazes de descrever inúmeras semelhanças e diferenças entre os tipos de conhecimento apresentados aqui. Também ressaltam que as fronteiras entre eles nem sempre são tão claras quanto pensamos.

Os tipos de conhecimento que abordamos não descrevem as variadas formas de manifestação do conhecimento humano, mas estão entre as mais discutidas pela Teoria do Conhecimento, como base para entendimento das teorias dos filósofos, sobre como podemos conhecer.

## Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 2000.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. 2. ed. rev. São Paulo: Moderna, 1999.
- BARROS, A. J. P., LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.
- COSTA, Sérgio Francisco. **Método científico**: os caminhos da investigação. São Paulo: Harbra, 2001.
- FERRATER MORA, José. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- GEWANDSZNAYDER, Fernando. **O que é método científico**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- HEERDT, Mauri Luiz; LEONEL, Vilson. **Metodologia científica**: disciplina na modalidade a distância. 2. ed. rev. Palhoça: UnisulVirtual, 2006.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- OLIVEIRA NETTO, Alvim A. de. **Metodologia da pesquisa científica**: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos. Colaboradora: Carina de Melo. Florianópolis: VisualBooks, 2005.
- RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul: Nova Era, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Editora da Unisul, 2002.
- SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Ibipex, 2005.